



## **CARTA DOS POVOS DO CAMPO, FLORESTAS, ÁGUAS E CIDADES CONTRA OS AGROTÓXICOS E EM DEFESA DA VIDA - PALMAS TOCANTINS**

Nós, camponesas/es, povos indígenas e quilombolas, mulheres extrativistas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, integrantes dos movimentos sociais e sindicais, sociedade civil organizada, trabalhadores/as da saúde e instâncias de controle social presentes no **Seminário Tocantinense sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde dos Povos do Campo, Florestas, Águas e Cidades**, realizado no dia 11 de novembro de 2024, em Palmas/TO, na sede da OAB/Tocantins trocamos experiências e informações sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde humana e ambiental, vimos manifestar as seguintes preocupações e requeremos o que segue:

Considerando que existem dois modelos de desenvolvimento em disputa na nossa sociedade, o modelo do agronegócio, que, a partir da aliança entre latifundiários e empresas multinacionais, provoca a concentração de terra e renda, ameaça a soberania nacional, adoce as pessoas e destrói os territórios e costumes das comunidades camponesas. E, em contraposição, o modelo da agroecologia, e da agricultura familiar camponesa que respeita todas as formas de vida, garante a soberania e segurança alimentar do povo brasileiro, possibilitando a troca de experiências entre o conhecimento científico e o saber popular na transformação de sementes crioulas em alimentos saudáveis e diversificados.

Considerando, que para a Agroecologia se fortalecer é preciso superar alguns desafios: romper o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, que responsabiliza a mulher pelo trabalho reprodutivo e o homem pelo produtivo; reformular os currículos acadêmicos das ciências agrárias, que estão descontextualizados e direcionados à formação de mão-de-obra para o agronegócio; desenvolver o sistema camponês de produção, ampliando o projeto popular e soberano para o Brasil; banir o uso de agrotóxicos na agricultura, salvaguardando a saúde e a autonomia de trabalhadores/as e consumidores/as; investir em pesquisas destinadas à produção agroecológica e em políticas públicas que assegurem a auto-sustentação das comunidades rurais.

Considerando que de acordo o relatório da ONU as mulheres e as meninas são a parcela da população mais vulnerável aos efeitos de substâncias tóxicas que vêm da indústria, da produção extrativista e da agricultura. E esses efeitos podem durar várias gerações. São questões como aborto espontâneo, câncer, problemas no sistema endócrino, puberdade precoce.

Considerando que o Brasil segue usando agrotóxicos banidos no exterior, assim como tem aumentado vários tipos desses produtos, atropelando as metodologias e sem concluir as



pesquisas/estudos sobre os efeitos na saúde e no ambiente. Neste sentido, é urgente que a Anvisa retome o processo de reavaliação e proibição de ingredientes ativos, banidos em outros países ou sem conclusão e aplicação de metodologias adequadas.

**Neste contexto, nós, lutadoras e lutadores contra os venenos e pela vida, entendemos que a questão dos agrotóxicos continua sendo a principal contradição do agronegócio no Brasil e Tocantins e afirmamos que:**

1. A contaminação por agrotóxicos na água é hoje uma das principais questões a serem enfrentadas. Apesar do profundo desconhecimento sobre a situação, as poucas análises feitas sobre um conjunto pequeno de princípios ativos indicam um alto grau de contaminação dos aquíferos e cursos d'água. As análises de resíduos de agrotóxicos em água devem observar as substâncias utilizadas em cada local, bem como o período de aplicação;
2. O Estado deve elaborar um programa de reforma agrária, criando assentamentos rurais e regularizando as terras e territórios de Povos e comunidades Tradicionais fortalecendo assim a criação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos, entendendo que a convivência entre agroecologia e agronegócio é impossível;
3. Criar, implantar e fortalecer políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Agroecologia e da agricultura familiar e camponesa, contribuindo assim para redução dos agrotóxicos e produção de alimentos saudáveis;
4. O Estado deve fortalecer a atuação dos Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, fornecendo subsídios para ações do Ministério Público na garantia de direitos e em defesa da vida;
5. O Estado deve respeitar e proteger as leis que garantam a proteção dos biomas como o Cerrado e a Amazônia, a exemplo da Lei Babaçu Livre;
6. Proibir a pulverização aérea (aeronaves e drones), uma vez que se trata de um das principais formas de contaminação do solo, das águas e ambiente;
7. Criação do Grupo da Terra no Tocantins coordenado pela Secretaria Estadual de Saúde com a participação dos movimentos sociais e sindicais do campo, das águas, das florestas e cidades;
8. Promover ações de vigilância popular em saúde nos territórios camponeses, de povos e comunidades tradicionais;
9. Aprovar e ou regulamentar a Lei Estadual de Agrotóxicos garantindo a proteção da vida dos povos do campo, das águas, das comunidades tradicionais, das cidades dos agricultores familiares e o direito humano ao meio ambiente equilibrado;
10. Instalação de uma Unidade da FIOCRUZ no Tocantins, especificamente na APA Ilha do Bananal/Cantão sendo os seguintes municípios: Lagoa da Confusão, Pium, Dueré, Formoso do Araguaia, Caseara, Marianópolis, Cristalândia dentre outros;
11. Fortalecer o sistema de fiscalização estadual com recursos financeiros, equipe e equipamentos que possibilitem uma ação ampla, rápida e eficaz;
12. O Estado tem o dever de reavaliar sua política de uso de agrotóxicos, uma vez que grande parte da população está sendo contaminada, contraindo graves doenças e muitas vezes mortais, em benefício de lucros para poucos, o que poderá trazer



fortes impactos ambientais, de saúde e econômicos para toda a sociedade. O consumo de agrotóxicos afeta fortemente à saúde pública e o meio ambiente;

13. Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres - PNAISM em todos os municípios do Estado do Tocantins, oferecendo cuidados completos para a saúde das mulheres, principalmente nos municípios com maior incidência de doenças provocadas por contaminação da agricultura no solo, nas águas e na saúde humana e ambiental;
14. Exigimos do Estado mecanismos eficazes de proteção dos nossos rios, mananciais, córregos, nascentes e ribeirões, pois a água é um patrimônio da humanidade, direito dos povos e não deve ser privatizada e nem contaminada pelo uso de agrotóxicos e outras substâncias químicas e malélicas a saúde;

### **VOZES PELA VIDA E PELA AGROECOLOGIA!**

#### **PRONARA JÁ !**

Assinam a carta:

**Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática**

**Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares no Tocantins - FETAET**

**Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida**

**Conselho Estadual de Saúde**

**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**

**Articulação Tocantinense de Agroecologia - ATA**

**Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins - APA-TO**

**Associação Onça D'água - OD**

**Associação Água Doce**

**Movimento Estadual de Direitos Humanos - MEDH**

**Associação das Mulheres Extrativista do Cantão - AMA/Cantão**

**Associação da Comunidade Quilombola Rio Preto**

**Casa 8 de Março Organização Feminista do Tocantins**

**Instituto de Direitos Humanos e Meio Ambiente - IDHMA**



**Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST/Tocantins**

**Associação Indígena do Povo Krahô Takaywra**

**DVAST- Diretoria de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador/Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins**

**ABRASTT- Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**

**Associação WYTY-CATE Povos Timbiras Tocantins e Maranhão**

**ANEPs - Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde**

**DIESAT- Departamento Intersindical Estudos Pesquisas de Saúde e Ambiente de Trabalho**

**Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho, da Fundação Oswaldo Cruz (PSAT/Fiocruz)Fiocruz - DF**

**CGSAT- Coordenação Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora/Ministério da Saúde**

**MPT - Ministério Público do Trabalho**

**Fórum Tocantinense de Combate ao Impactos dos Agrotóxicos**